

TRAJETÓRIAS DE VIDA DE JORNALISTAS NEGROS: RECONHECENDO LUGARES SEGUROS E FORTALECENDO REDES DE AFROAFETO, APOIO E RESISTÊNCIAS

Ezequiel Nunes de Lima¹

Jacqueline da Silva Costa²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as trajetórias de vida de jornalistas negras e negros que ingressaram em universidades públicas e privadas por meio de cotas raciais. A pesquisa tem como proposta enegrecer e observar a (re)construção de lugares seguros para a profissionalização, além do fortalecimento de redes de apoio, redes de resistências e redes de afroafeto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem teórica e epistemológica que da interseccionalidade de marcadores sociais, busca-se entender como as trajetórias de vida dos participantes interagem com suas aspirações e a construção de sua identidade profissional. O estudo relembra ainda a importância do movimento negro na luta pela educação e na luta antirracista, analisa as desigualdades entre brancos e pretos no Brasil e enriquece a discussão sobre as imagens de controle que também afetam esses (as) profissionais da comunicação, mas que refletem as vivências de boa parte da população brasileira em diáspora. Como resultados, a pesquisa evidenciou que dentro da trajetória de vida das participantes, o acesso à universidade para além de um lugar almejado na profissionalização de seus desejos, também se torna um lugar de (re)construção das identidades. Portanto, pesquisas dessa natureza são importantes uma vez que visam contribuir para a visibilidade e representatividade no campo da comunicação, além de colaborar com os estudos sobre “redes de afeto” e “trajetórias de vida”.

Palavras-chave: Unilab; Cotistas; Trajetórias de vida; Redes de Afroafeto; Apoio e Resistências; Jornalismo.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las trayectorias de vida de periodistas negras y negros que ingresaron a universidades públicas y privadas a través de becas raciales. La investigación propone "negrizar" y observar la (re)construcción de lugares seguros para la profesionalización, además del fortalecimiento de redes de apoyo, redes de resistencia y redes de afroafecto. Se trata de una investigación cualitativa, con un enfoque teórico y epistemológico basado en la interseccionalidad de marcadores sociales, buscando entender cómo las trayectorias de vida de los participantes interactúan con sus aspiraciones y la construcción de su identidad profesional. El estudio también rememora la importancia del movimiento negro en la lucha por la educación y en la lucha antirracista, analiza las desigualdades entre blancos y negros en Brasil y enriquece

¹ Comunicador, pesquisador e educador social. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF). Sociólogo e Bacharel Interdisciplinar em Humanidades, ambos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab). Técnico em Hospedagem.

² Professora Adjunta da Unilab – Ceará, no Instituto de Humanidades. Doutora em Sociologia (UFSCar), Mestra em Educação (UFMT).

la discusión sobre las imágenes de control que también afectan a estos profesionales de la comunicación, pero que reflejan las vivencias de buena parte de la población brasileña en la diáspora. Como resultado, la investigación evidenció que dentro de la trayectoria de vida de los participantes, el acceso a la universidad, además de ser un lugar deseado para la profesionalización de sus sueños, también se convierte en un lugar de (re)construcción de identidades. Por lo tanto, investigaciones de esta naturaleza son importantes, ya que buscan contribuir a la visibilidad y representatividad en el campo de la comunicación, además de colaborar con los estudios sobre "redes de afecto" y "trayectorias de vida".

Palabras clave: Unilab; Estudiantes con beca racial; Trayectorias de vida; Redes de Afroafecto, Apoyo y Resistencias; Periodismo.

Introdução

Esta pesquisa teve como ponto de partida compreender as trajetórias de jornalistas negras e negros ingressantes por cotas raciais nas universidades públicas e privadas. Ela se propôs a entender como nossas vidas negras se mesclam, advindo dos meus anseios em desenvolver autoconfiança ao longo dos vinte anos, juntando-se ao desejo de se ver refletido numa câmera, de contar histórias de vidas sem ser reduzido a um corpo em narrativas policiais ou ridicularizado por minhas subjetividades. Procuo referências. Para isso, é fundamental situar meu lugar de fala diante de um trabalho que se desenvolve a partir de memórias, afetos e imagens cotidianas, considerando a intersecção de marcadores sociais acoplados à minha presença no mundo: sou um jovem negro, gay e pobre nascido no interior do Ceará, na região Nordeste do Brasil.

O objetivo geral foi compreender essas trajetórias, enegrecendo e observando a (re)construção de lugares seguros para a profissionalização e o fortalecimento de redes de apoio, redes de resistência e redes de afroafetos. Com isso, buscamos destacar a importância de movimentações negras na luta pela educação e na luta antirracista; analisar as desigualdades entre brancos e pretos no Brasil; enegrecer episódios de racismo no cotidiano desses profissionais da comunicação; e apontar a fabricação das imagens de controle acerca desses corpos.

As hipóteses pensadas levaram em consideração que a presença de jornalistas negras e negros nas universidades, por meio de cotas raciais, contribui para a criação de ambientes mais inclusivos e representativos, promovendo a construção de redes de apoio entre os alunos; que as experiências de racismo vividas por jornalistas negros impactam diretamente na sua trajetória profissional e na forma como se percebem dentro do mercado de trabalho; e que a formação de redes de afroafetos é essencial para a resistência e a superação das dificuldades impostas por

estruturas sociais e raciais, oferecendo suporte emocional e profissional ao longo das trajetórias de vida.

Este artigo está organizado em diferentes seções que buscam aprofundar a discussão sobre as desigualdades raciais e as trajetórias de estudantes e profissionais negros no Brasil. Inicialmente, abordamos as **desigualdades raciais na educação e no mercado de trabalho**, contextualizando os desafios enfrentados. Em seguida, discutimos as **movimentações negras no Brasil**, destacando as lutas históricas pela emancipação e igualdade. A seção **Cotidiano Unilabiano** apresenta experiências concretas no ambiente universitário. No **Percurso Metodológico da Pesquisa**, detalhamos os procedimentos adotados para a realização deste estudo. A seguir, exploramos os **conceitos teóricos que guiam a pesquisa**, fornecendo o arcabouço teórico necessário para a análise dos dados.

Na seção de **Resultados e Discussão**, analisamos as **trajetórias compreendidas**, passando por diferentes aspectos da experiência negra. Discutimos **racismo e marcadores de diferença na infância**, a construção da identidade por meio da **outrificação e das imagens de controle**, e o impacto da **universidade na formação de uma consciência crítica racial**. Também refletimos sobre **a racionalidade racializada e o papel da universidade**, os desafios dos **processos seletivos e do mercado de trabalho**, bem como sentimentos de **frustração e auto-culpabilização** que emergem desse contexto. Por fim, abordamos a **exclusão no mercado de trabalho** e as estratégias de **luta contra o racismo no ambiente profissional**, destacando a importância da resistência e da construção de espaços seguros para a população negra.

Desigualdades raciais na educação e no mercado de trabalho

Minha presença no mundo é misturada à desigualdades de todas as formas e proporções, como os dados apresentados a seguir revelam. Uma realidade persistente de desigualdades raciais no Brasil que se manifesta de maneira consistente, seja em 2019 ou em 1982, em relação à população negra, compreendida como a soma dos grupos identificados como pretos e pardos nas pesquisas. Esta categoria social é entendida como uma construção social, e não como uma realidade natural, conforme destacado por Guimarães (1999, p. 13):

Um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado.

As pesquisas realizadas por instituições renomadas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidenciam continuamente as disparidades entre a população

branca e a população negra do país. O informativo intitulado *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*, publicado em 2019 e disponível na biblioteca virtual da instituição, revela as desigualdades sociais acentuadas, fundamentadas em respostas obtidas por meio da Pnad Contínua 2018. Esses dados demonstram que pretos e pardos continuam a viver em condições de vulnerabilidade econômica e social, apresentando indicadores alarmantes nas áreas de educação e trabalho, como evidenciado na tabela da Figura 1.



Figura 1: Dados das desigualdades raciais no mercado de trabalho, na distribuição de renda e condições de moradia, educação, violência e representação política.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais (recorte nosso).

A análise dos dados mostra que homens e mulheres negras ocupam posições desiguais em comparação aos seus pares brancos, mesmo em situações de trabalho informal. Em 2018, enquanto 34,6% das pessoas ocupadas de cor ou raça branca estavam em ocupações informais, essa porcentagem subiu para 47,3% entre as pessoas pretas ou pardas. Essa tendência de maior informalidade entre negros é uma constante nas séries históricas, como já demonstrado em 2016, quando 39% da população estava informalmente ocupada, atingindo 45,6% entre pretos e pardos (IBGE, 2019, p. 2).

Além disso, a diferença salarial entre os grupos é alarmante, com um rendimento médio mensal 73,9% maior para pessoas brancas em comparação aos valores recebidos por pretos e pardos em 2018. Essa disparidade salarial é uma consequência de um conjunto de ações que perpetuam as desigualdades, incluindo o acesso limitado à educação para a população negra. A análise da tabela da Figura 1 revela que a taxa de analfabetismo entre pretos e pardos com 15 anos ou mais é mais do que o dobro da verificada entre brancos: 9,1% em comparação a 3,1%. Os dados também mostram que, em relação ao ensino médio completo, apenas 40,3% das

pessoas negras dessa faixa etária conseguiram concluir essa etapa, enquanto 55,8% das pessoas brancas o fizeram, resultando em uma diferença aproximada de 16%.

Embora tenham ocorrido alguns avanços, como o aumento de 49,01% para 53,0% na presença de crianças negras de 0 a 5 anos em creches entre 2016 e 2018, a continuidade dessas crianças ao longo do percurso escolar ilustra as desvantagens que enfrentam. Em 2018, não havia diferença significativa nas proporções de crianças de 6 a 10 anos de idade, brancas e pretas ou pardas, cursando os anos iniciais do ensino fundamental (96,5% e 95,8%, respectivamente). No entanto, entre os jovens de 18 a 24 anos, a diferença na frequência ao ensino superior era evidente, com 36,1% de brancos tendo acesso a essa educação, quase o dobro dos 18,3% de pretos ou pardos que frequentavam ou haviam concluído o ensino superior (IBGE, 2019, p. 7).

Em 2018, a presença de pessoas pretas ou pardas no ensino superior era de 35,4%, ainda inferior aos 53,2% de pessoas brancas. Embora os dados indiquem um aumento no número de estudantes pretos ou pardos para 55,6% entre 2016 e 2018, as desigualdades permanecem evidentes quando comparadas aos 78,8% de brancos nas instituições de ensino superior do país. Esses dados, quando analisados em conjunto, revelam a origem das desigualdades no Brasil e seus impactos nas trajetórias educacionais de pessoas pretas e pardas, expondo os efeitos da discriminação racial.

Historicamente, muitos pesquisadores e ativistas negros estiveram na vanguarda das reivindicações por mudanças no sistema formal de ensino, resistindo a tentativas de silenciamento e de imposição de conteúdos racistas. Seus estudos sobre as desigualdades no acesso à educação trouxeram a raça como elemento central, evidenciando sua presença nas dinâmicas educacionais. Através de pesquisas, seminários e publicações, esses estudiosos demonstraram preocupação com os efeitos danosos dos conteúdos racistas sobre a formação da identidade racial do alunado negro (Silva e Hasenbalg, 1990, p. 6).

Na obra *Raça e oportunidades educacionais no Brasil* (1990), Nelson do Valle Silva e Carlos A. Hasenbalg analisaram dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) de 1982, enfatizando que não apenas a classe e questões econômicas eram responsáveis pelas desigualdades educacionais, mas que havia uma lacuna significativa nas análises que considerassem a raça como um elemento determinante. Eles afirmam que:

“Tudo se passa como se o Brasil fosse uma sociedade racialmente homogênea ou igualitária, onde os grandes vilões da história, em termos de acesso diferencial à educação, são as desigualdades de classe e status sócio-econômico” (SILVA e HASENBALG, 1990, p. 6).

Os dados do estudo revelam a disparidade no acesso às oportunidades educacionais entre brancos e não-brancos em 1980. A taxa de analfabetismo entre não-brancos era mais de duas vezes superior à dos brancos, com 36,5% das pessoas negras entre 15 e 64 anos nesta condição, enquanto os brancos apresentavam uma taxa de 14,5%. Em termos de diplomação em nível superior, apenas 0,6% dos não-brancos alcançaram essa conquista, em contraste com 4,2% dos brancos.

As análises realizadas por Silva e Hasenbalg (1990) também destacam que a desigualdade no acesso ao ensino superior é acentuada. Em 1982, a PNAD indicava que 13,6% dos ingressantes no ensino superior eram brancos, em comparação a apenas 2,8% de pardos e 1,6% de pretos, após anos de desproporções no acesso e na permanência no sistema formal de ensino. Em contrapartida ao desamparo sócio-estatal, as movimentações negras organizam revoluções e reinterpretem o lugar do negro na sociedade.

Movimentações negras no Brasil: uma luta pela emancipação e igualdade

O Movimento Negro no Brasil é um conjunto de organizações sociais e políticas que busca articular e debater a emancipação da população negra, desempenhando um papel crucial na luta contra o racismo e suas consequências sociais. Estas movimentações negras têm sido responsáveis por avanços significativos no debate público sobre as desigualdades raciais, a implementação de ações afirmativas e o fortalecimento da autoestima negra. Como ressalta Gomes (2017, p. 21), o Movimento Negro reinterpreta a noção de raça, não a enxergando como um mecanismo de opressão, mas como uma ferramenta de emancipação e construção de identidades étnico-raciais.

As diversas formas de organização dentro do Movimento Negro incluem grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos, todos unidos pelo objetivo de superar a discriminação racial e promover a valorização da história e cultura negra no Brasil (Gomes, 2017, p. 23-24). A persistente atuação desses grupos no espaço público tem pressionado os gestores públicos a implementar políticas que visem a equidade racial. Um exemplo notável foi a aprovação do Projeto de Lei nº 3.627/2004, que estabeleceu um Sistema Especial de Reserva de Vagas em instituições públicas federais de ensino superior para estudantes oriundos de escolas públicas, especialmente negros e indígenas (BRASIL, 2004).

Entre as conquistas do Movimento Negro, destaca-se o seminário internacional “Multiculturalismo e Racismo: o Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos”, realizado em julho de 1996 na Universidade de Brasília (UnB). Este evento

foi fundamental para discutir o racismo no Brasil e a formulação de políticas públicas de combate à desigualdade racial (Souza, 1997, apud Sales, 2007, p. 26). Outro marco importante foi a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, que resultou na criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esta ação representou um passo significativo na ruptura com o projeto de embranquecimento historicamente sustentado pelo mito da democracia racial no Brasil (Sales, 2007, p. 28).

A Frente Negra Brasileira, uma das maiores entidades do movimento na década de 1930, buscou ampliar suas ações em nível nacional. Composta por vários departamentos, a FNB promovia educação e entretenimento, além de implementar escolas e cursos de alfabetização para crianças, jovens e adultos (Gomes, 2017, p. 30). Embora tenha se tornado um partido político em 1936, suas atividades foram abruptamente encerradas no ano seguinte devido a um decreto de Getúlio Vargas que restringia as articulações político-partidárias.

Outra manifestação de (re)existência, a arte sempre foi um meio poderoso de afirmação da identidade negra. Fundado em 1950 por Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos, o Teatro Experimental do Negro (TEN) buscou vocalizar artistas negros que eram sistematicamente excluídos das produções teatrais. Através do teatro, o TEN não apenas promovia a cultura negra, mas também combatia a invisibilidade e a exclusão dos negros nesse espaço (Costa, 2016, p. 33).

A luta pela visibilidade e pelo reconhecimento político também se manifestou na imprensa negra brasileira, caracterizada por jornais feitos por e para negros. Esses veículos não apenas divulgavam atividades culturais, mas também articulavam políticas e denunciavam o racismo. A imprensa negra foi fundamental para desafiar o imaginário racista predominante no Brasil, que relegava a população negra a uma posição de inferioridade intelectual (Gomes, 2017, p. 29). Ao longo dos anos, essa luta tem sido uma constante, desde as rebeliões durante a escravidão até as atuais estratégias de resistência.

Cotidiano Unilabiano



Foto 1:

Cotidiano unilabiano. Aula da Prof.^a Jacqueline Costa no térreo do Palmares II

Fonte: arquivos pessoais, 2019.

Cinco meses antes de me tornar um estudante oficialmente matriculado, já circulava pelos campi da Unilab. Essa experiência antecipada se deu graças à convivência com grandes amigas e amigos quilombolas, como Tainara, Tati, Carlinha e Otávio, que já residiam na cidade e haviam ingressado por meio do edital específico destinado a quilombolas e indígenas³, e anteriormente com apoio de Ana Eugênio, Geovane e Marleide. Mesmo não sendo quilombola, fui acolhido com carinho e respeito, o que me permitiu acompanhar as lutas por direitos dentro da universidade. Compartilhei momentos valiosos dentro de uma pluralidade de grupos étnicos, com variados marcadores territoriais, aos quais destaco o cotidiano vivido com Raila, Iarles, José, Toinho com quem vivi nos últimos anos formando uma grande comunidade que se

³ EDITAL Nº 30/2018, DE 18 DE OUTUBRO DE 2018 - PROCESSO SELETIVO ESPECÍFICO PARA QUILOMBOLAS E INDÍGENAS. O edital foi descontinuado pela gestão da Unilab ainda durante o processo de admissão para o semestre 2019.2, que tinha previsão de início em 30 de setembro de 2019. Desde o ocorrido inúmeras ações dos movimentos estudantis quilombola e indígena, junto a outros grupos parceiros, acontecem na tentativa de reaver o edital, e na luta por acesso e permanência estudantil na Unilab, diante de um *despautério* como bem aciona a matriarca Ana Eugênia durante suas denúncias para com o descaso institucional.

expandiu com a chegada de Camila, Kayles e sua filha Nicolly, e mais recentemente Luan, Darliany, Talia, e amigas indígenas como Aline e Jacielly, e uma extensão de amigos vindos de várias cidades do Maciço de Baturité e regiões do Ceará, como Samuel, Ryan e Leonardo, vindos de Pentecoste, Nathália Medeiros, de Maranguape, além de outra parcela significativa de amigos vindos de países parceiros, como Elton, de São Tomé e Príncipe, Samora, Aminata e Sandra, de Guiné-Bissau. Juntos construímos uma rede de afeto vital para nossas trajetórias.

Essa rede de apoio esteve intimamente ligada à rede de resistências, proporcionando um aprendizado que transcendeu as paredes da sala de aula. A universidade enfrentava cortes orçamentários consecutivos e, nesse contexto, participei de ocupações estudantis, como a do Liberdade, que se tornaram um espaço de resistência e mobilização. Quando finalmente me matriculei, já tinha uma familiaridade com as estudantes ativas(os) na Unilab, o que facilitou minha adaptação e contribuiu para a formação de redes inter cruzadas de oportunidades e afeto. Figuras como Ana Cássia Alves, Rita Silva, Clara Belmino, Samuel Aquino, Antonio Paulo, Guilherme Viana, Paulo Ferreira, Michel Sampaio, Eliaquim Gonçalves, Sol Alves, Geyse Anne, João Pedro (JPreto), Antônio Wilame (Jovem Esú), Rafael Oliveira, Isadora Enéas, Borboleta Raiely e tantas(os) outras(os) foram essenciais na minha trajetória, tanto dentro quanto fora das paredes da universidade, criando espaços educativos para além dos muros.

O urso de Bacharelado em Humanidades (BHU), com seu currículo diversificado e abrangente, se tornou uma motivação para explorar minha vivência ao máximo. As componentes me proporcionaram um *Espaço Seguro* para a autoetnografia, especialmente através das aulas de “Identidade e Poder”, ministrada pela Prof.^a Carol Bernardo, e “Literatura Negra”, com a Prof.^a Jacqueline Costa. Essas experiências foram fundamentais para eu compreender a importância de ser um corpo negro e me orgulhar disso, mesmo diante da crueldade do racismo que permeia a sociedade. O BHU, além de ser um espaço de aprendizado, convidou-me a refletir sobre minha identidade e as histórias das pessoas ao meu redor, formando uma rica rede de conhecimentos que envolvia aulas, lutas, eventos e grupos de extensão.

A experiência no Projeto Teia me permitiu vivenciar a universidade de uma forma intensa, inclusive aos sábados, quando geralmente não há aulas. No pequeno, mas diverso grupo, compartilhamos narrativas sobre nossas dinâmicas sociais e trajetórias de vida. Escutei histórias como as de Peti Mama sobre o empoderamento feminino em sua infância na Guiné-Bissau, de Abner sobre a vida na sua comunidade rural, e de Geissiele e Damiana sobre suas experiências nas serras do Maciço. Essas produções orais enriqueceram meu aprendizado de

maneiras que iam além do conteúdo acadêmico.

Durante minha busca por oportunidades na comunicação, conheci Dani, uma estudante de História e jornalista que me apresentou a Luciano, um técnico-administrativo que nos convidou para atuar no projeto de rádio que pensávamos para a Unilab. Embora obstáculos institucionais com impedimentos vindos de uma reitoria sem diálogo franco que não reconhecem a importância da arte e comunicação tenham dificultado a realização desse projeto, a rede de oportunidades continuou a crescer. Entre as atividades, participei da Semana do BHU, onde tive a honra de compor uma mesa de discussão a convite da Prof.^a Jacqueline Costa, o que me conectou a novos colegas e a debates sobre as ameaças que pairam sobre nosso curso, repleto de diversidade com alunos de diferentes regiões do Brasil e de países africanos, que apresentam o perfil socioeconômico que representa aquelas e aqueles que foram historicamente impedidos de acessar o interior acadêmico.

As redes que estabeleci também me levaram a ministrar oficinas sobre usos de mídias sociais, *fake news* e gravações de audiovisual com Ana Cássia, estudante do BHU e jornalista, que logo depois viria a estar comigo na cocriação do coletivo Comunicadores de Rua, com experiências que abriram portas para eventos fora do estado, ampliando nossas aspirações profissionais e criando projetos que impactaram nossas trajetórias e divulgaram a Unilab em novos territórios⁴. A conexão que estabelecemos, seja na fila do Restaurante Universitário, no térreo do Palmares e dos outros campi, ou na sala de aula, permite que nós nos víssemos para realizarmos ideias potencializadas pela proximidade de experiências semelhantes.

Além disso, a abertura para me integrar e sentir o ambiente universitário me levou a outros grupos de extensão, como a Intersol, onde atuei no I FestModa Maciço, e o K-talises podcast, que me proporcionou experiências com ferramentas digitais e discussões filosóficas. A primeira experiência com pesquisa ocorreu no grupo Oritá, através do Programa de Bolsa de Iniciação Científica. Esses espaços foram cruciais para que eu aprendesse a utilizar ferramentas que me serviriam em futuras oportunidades de fortalecimento das redes de afroafeto, como ocorreu durante a pandemia de Covid-19; com a participação na campanha política de Mazéh

⁴ O Comunicadores de Rua foi um dos projetos selecionados para o Laboratório de Inovação Cidadã (LABIC) - Edição Virtual 2020, que é desenvolvido pelo Pontão de Cultura Digital da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No mesmo ano, o coletivo deu início a um Mapeamento de Comunicadores e Comunicadoras Populares do Maciço de Baturité, CE.

Silva e Taciane Faustino; na Oficina de Mídias Sociais⁵ com Geyse Anne; e em outros convites que surgiram dos laços unilabianos.

Essa trajetória, repleta de conexões, continua a se expandir mesmo após a conclusão do curso. Minha participação na reaPODERE⁶, coordenada pelo Prof. James Jr, foi uma experiência significativa, permitindo-me vivenciar a extensão de forma afetuosa e ativa. Nesse grupo, tive a chance de ser bolsista de Iniciação Científica, em uma pesquisa com praticantes umbandistas em Acarape (CE); da extensão com crianças e adolescentes da comunidade Estrada Velha (Acarape, CE); de pesquisa-ação em territórios indígenas e quilombolas do Estado do Ceará, e também com gestão de redes sociais do grupo. Essa vivência me proporcionou uma metodologia pautada na compreensão, autonomia para propor ideias e um crescimento coletivo por meio de colaborações interdisciplinares, interuniversitárias e interestaduais. Com a universidade tive também a oportunidade de ir pela primeira vez ao cinema e ao teatro através do projeto “Rota das Culturas” e de conhecer mais sobre os países africanos sem sair da cidade, com o “Festival das Culturas”.

Minha trajetória na nossa Unilab é singular e especial, mas atravessada por escrevivências (Evaristo, 2009) muito parecidas, íntimas e próximas de outras (os) estudantes. Embora me sinta completo e confiante com quem a universidade me oportunizou enxergar ser, sempre haverá espaço para mais vivências que enriqueçam a grandiosidade de estar em um ambiente ao qual somos protagonistas de mudanças.

Percurso metodológico da pesquisa

A formulação dos objetivos e a escolha da metodologia para esta pesquisa não foram meramente um ponto de partida, mas sim um percurso enriquecedor de descoberta e reflexão. Ao longo deste processo, a observação atenta das memórias vividas revelou um fazer pesquisa que se imerge nas experiências emocionais e sensoriais, sublinhando a importância do sentir como parte integral da investigação. Neste trajeto, diversas encruzilhadas emergiram, configurando-se como opções cruciais para nossa trajetória, alinhando-me ao pensamento de Rufino (2018), que propõe uma Pedagogia das Encruzilhadas, onde Exu atua como pedagogo, compreendo que “as encruzilhadas são campos de possibilidades, tempos e espaços de potência,

⁵ Ação do Instituto Jovens Rurais do Brasil (IJRB) e o Quilombo Sítio Veiga (Quixadá, Ceará) através do Projeto Mulheres Negras em Movimento (Apoio ONU Mulheres/União Europeia).

⁶ Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas e Discriminações e Resistências. Grupo de pesquisa, ensino e extensão da UNILAB.

onde todas as opções se entrelaçam, dialogam, se entrecrocaram e se contaminam” (Rufino, 2018, p. 75-76). Essa visão ressalta que o processo de pesquisa é dinâmico e multifacetado, refletindo a complexidade da realidade social que buscamos compreender.

É fundamental reconhecer que, antes mesmo desta escrita e para além deste momento, tudo que se apresenta aqui é resultado das vozes de outras pensadoras e pensadores que, ao longo de suas trajetórias, contribuíram para a construção de uma vasta rede de resistências e saberes. Essa rede é sustentada por uma forma de pesquisa que valoriza nossas narrativas e vivências, buscando dar visibilidade às experiências que muitas vezes são marginalizadas.

Essa perspectiva é corroborada por Jacqueline S. Costa (2015) em sua tese de doutorado, onde questiona se o currículo pode efetivamente mudar. Ao afirmar que sim, Costa (2015) destaca que “pensar mudanças nos currículos num contexto de efetivo desenvolvimento de políticas afirmativas na Universidade é um chamado para novas reflexões do trabalho educativo, considerando os conteúdos sobre a constituição étnico-racial da nação” (p. 216). Essa afirmação é crucial, pois sugere que a mudança no currículo não é apenas desejável, mas necessária para uma educação mais inclusiva e representativa.

Além disso, Costa (2015) observa que o contato com a diversidade de narrativas trazidas pelos estudantes pode transformar as práticas pedagógicas dos docentes. Ela salienta que “o legado étnico e cultural que os (as) estudantes trazem consigo tem valor e é fundamental para se pensar na ‘geopolítica’ do conhecimento. Reconhecê-los (as) como sujeitos (as) de sua experiência é retirá-los (as) da margem e trazê-los (as) para o centro. É reconhecer a sua humanidade” (p. 217). Essa ênfase na valorização das narrativas individuais não apenas enriquece o ambiente acadêmico, mas também desafia as estruturas de poder estabelecidas, promovendo uma educação que é, de fato, reflexiva e transformadora.

A metodologia adotada nesta pesquisa é profundamente enraizada nas "Experiências Vividas" dos profissionais entrevistados, ressaltando sua posição enquanto sujeitos ativos e políticos. Conforme Kilomba (2019, p. 80) destaca, “nas dinâmicas do racismo, nós nos tornamos sujeitos incompletos.” Essa afirmação ressalta a necessidade de uma abordagem que acolha as experiências ao longo das diferentes fases da vida dos entrevistados, proporcionando um espaço aberto e acolhedor para que suas diversas vivências como sujeitos político-sociais possam ser expressas. Essa perspectiva é essencial, pois reconhece a complexidade das experiências individuais e sua influência nas narrativas coletivas. Além disso, a minha própria imersão no contexto durante a análise é fundamental, uma vez que acredito que “tem-se o direito de ser um sujeito — político, social e individual — em vez da materialização da Outridade,

encarcerada no reino da objetividade” (Kilomba, 2019, pp. 81-82). Essa convicção orienta o modo como interpreto e dou significado às narrativas coletadas, enfatizando a importância da subjetividade na pesquisa.

A segunda abordagem teórica empregada é a interseccional, um conceito formulado por Kimberlé Crenshaw (2002). A autora descreve a interseccionalidade como uma interação complexa entre múltiplos sistemas de subordinação. Ela afirma que:

Sistemas múltiplos de subordinação têm sido descritos de várias maneiras: discriminação composta, cargas múltiplas ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Trata especificamente da maneira como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outros” (Crenshaw, 2002, p. 7).

Esse conceito é crucial para a análise das narrativas, pois permite compreender as experiências dos entrevistados não como fenômenos isolados, mas como parte de uma rede interligada de opressões que afetam suas vidas. Crenshaw (2002) também ressalta que a interseccionalidade visa analisar agendas e formas de formular políticas públicas que abordam os “eixos de subordinação”, fortalecendo e criando o que ela denomina de “aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (p. 7). Isso implica que a pesquisa não apenas documenta experiências, mas também busca entender como essas experiências interagem com as estruturas de poder na sociedade.

Para a coleta de dados, foram utilizadas perguntas semiestruturadas, permitindo que os relatos dos entrevistados fluísse de forma espontânea e com novas perguntas ao longo das entrevistas⁷, que ocorreram através da plataforma de videoconferência *Google Meet*, em decorrência das medidas sanitárias de distanciamento social impostas pela presença da pandemia de Covid-19 que estava em curso durante a produção deste estudo.

Essa abordagem semiestruturada é especialmente relevante, pois as entrevistas têm um caráter biográfico. Como Kilomba (2019, p. 85) afirma, “a experiência do racismo não é um acontecimento momentâneo ou pontual, é uma experiência contínua que atravessa a biografia do indivíduo, envolvendo uma memória histórica de opressão racial, escravização e colonização.” Dessa forma, um roteiro foi utilizado para orientar as entrevistas, alinhando-se aos objetivos da pesquisa, mas sempre aberto a novos direcionamentos que surgissem a partir

⁷ Entrevistas com Bruno e Ana Cássia, realizadas por videoconferência, no dia 2 de julho de 2021. Os nomes tiveram permissão prévia para serem divulgados.

das narrativas trazidas nas colaborações.

Ao longo da busca pelas colaborações e tendo como objetivo encontrar referências na área da Comunicação a partir de trajetórias profissionais que compartilhassem marcadores sociais semelhantes aos meus, especialmente em termos de raça, classe e origem geográfica, a busca por histórias de vida e carreira serviu como um mapa, no qual as trajetórias dos participantes selecionados se entrelaçam com as encruzilhadas de minha própria vivência.

Nesse caminho, após entrar em contato com alguns profissionais, foram selecionados dois participantes que demonstraram interesse e disponibilidade após recebimento de convites enviados diretamente via e-mail. Os critérios de seleção incluíram: (1) aceitação para participar da pesquisa; (2) ter idade superior a 18 anos; (3) autodeclaração como pessoa negra; (4) ser natural do estado do Ceará ou da região Nordeste; (5) ter estudado em escola pública e/ou ter origem de baixa renda; e (6) ingresso no ensino superior por meio de políticas de ação afirmativa (como cotas). Ambos participantes concordaram com a divulgação de seus nomes para fins desta pesquisa.

Nas tentativas e preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ela precisou de três tentativas para ingressar na universidade, obtendo apoio apenas na terceira, por meio de um cursinho pago. Ele, por sua vez, ingressou na universidade após a primeira tentativa e contou com o suporte de preparações gratuitas e pagas. Essas são diferenças que demonstram em certa medida o desnível nas oportunidades de suporte acadêmico antes do ingresso no ensino superior, o que é faz com que por uma somatória de fatores que ocorrem antes do vestibular essas pessoas não acessem à universidade (COSTA, 2016).

Ana Cássia ingressou em uma faculdade particular com uma bolsa do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), enquanto Bruno estudou em uma universidade pública. A distinção ingresso no ensino superior na vida de cada um deles (as), aponta para a busca de alternativas de apoio e de estratégias para alcançar o sonho tão almejado que é o ingresso na universidade. No caso de Ana Cássia, destaco a sua experiência que contou com o auxílio do programa de acesso para financiar seus estudos. Nenhum dos participantes teve auxílio estudantil durante a graduação; no entanto, Bruno obteve uma bolsa remunerada, enquanto Ana Cássia não teve acesso a esse benefício. Ana Cássia ingressou em 2009, aos 23 anos, e se formou em 2014, enquanto Bruno iniciou o curso de Jornalismo em 2015, com 18 anos, e concluiu em 2018. Essa diferença nos períodos de ingresso e conclusão também reflete a diferença de idade e o momento em que cada um conseguiu se estabelecer no ensino superior.

No que se refere ao contexto familiar, o perfil dos dois também apresenta diferenças

significativas: Ana Cássia tem quatro irmãos, enquanto Bruno possui três; a escolaridade e profissão das mães de cada um diferem, indicando também influências sobre as oportunidades e perspectivas educacionais, visto que a mãe de Ana Cássia possui apenas a 4ª série do Ensino Fundamental e trabalha como empregada doméstica, enquanto a mãe de Bruno tem formação superior e atua como pedagoga. Esse contraste no nível educacional e na área de atuação das mães aponta para contextos socioeconômicos diferentes que impactaram diretamente o acesso e o apoio educacional de cada um.

Nessas nuances do contexto socioeconômico e das oportunidades que moldaram as trajetórias acadêmicas e profissionais de Ana Cássia e Bruno, onde observamos o impacto das condições de origem e do acesso a apoios externos ao longo de suas jornadas, fui traçando comparativos com a minha própria história.

Conceitos teóricos que guiam a pesquisa

O título da pesquisa apresenta conceitos centrais que guiaram a análise das trajetórias de jornalistas pretas e pretos e a construção de espaços seguros em suas vivências profissionais. Entre esses conceitos, destacam-se as Redes de Apoio, Redes de Resistência e os Afroafetos, nas Redes Afro-Indígenaafetivas.

O conceito de Redes de Apoio é formulado por Moema de Poli Teixeira (2003) em sua pesquisa “Negros na universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro”. A autora ressalta que as narrativas de seus colaboradores revelam que as “redes” de relações são fatores sociais determinantes nas trajetórias de ascensão em suas vidas (Teixeira, 2003, p. 217). Teixeira (2003) identifica que as dificuldades enfrentadas por professores(as) e estudantes negros(as) para permanecer na universidade são de diversas ordens — financeiras, emocionais, entre outras — levando-os a estabelecer parcerias dentro e fora do ambiente familiar.

Em continuidade, Andréia Maria da Cruz Oliveira Amorim (2004), em sua pesquisa “Cor e Ensino Superior: trajetórias e o sucesso escolar de universitários negros na UFMT”, observa o mesmo fenômeno nas trajetórias de sucesso de estudantes negros e negras, enfatizando a forte ligação com a família. Além disso, Jacqueline da Silva Costa (2005), em sua pesquisa “Cor em Movimento: Um estudo de caso sobre a vida cotidiana de jovens e adultos negros do projeto Pré-vestibular gerido pela UNEMAT no município de Cáceres”, identifica que, mesmo com bolsas de estudo para cursar um pré-vestibular, os alunos enfrentaram racismo e dificuldades financeiras, levando muitos a adiar o sonho de ingressar na universidade pública.

A bolsa de estudo, nesse contexto, representa uma nova oportunidade, reavivando o sonho e destacando o apoio de familiares, namoradas(os) e amigas(os).

Com a pesquisa de Marta Quintiliano (2019), ampliamos nosso escopo teórico sobre essas redes. Em seu mestrado intitulado “Análise das Representações Sociais de Estudantes Indígenas e Quilombolas sobre as Políticas de Cotas da UFG (2009 – 2013)”, a autora formula o conceito de “Afroafeto”: “O afroafeto é a aceitação e disposição à solidariedade emotiva, uma aproximação pelo amadurecimento político e o reconhecimento de que as variadas e históricas formas de opressão foram enfrentadas por uma rede de resistência que se fortalece, sobretudo pelo afeto, acolhimento, cuidado e respeito” (Quintiliano, 2019, p. 86).

Quintiliano (2019) elucida que esse conceito foi desenvolvido a partir de sua vivência no “território unilabiano”. Em seu relato, a autora menciona:

Em janeiro de 2018, já no Mestrado do PPGAS, recebi uma mensagem de uma amiga sobre um evento que ocorreria na Universidade de Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB) em Redenção, Ceará. A temática era muito importante para minha pesquisa, além de permitir contato com pesquisadores de outros países, o que promoveria uma rica troca de saberes. Ela estava certa” (Quintiliano, 2019, p. 31).

Assim, a autora nos convida a conhecer seu percurso para a construção do conceito, afirmando:

Após os dias de reflexão e amadurecimento vivenciados na Unilab, a palavra afroafetos começou a povoar minha mente e meus textos. A expressão Afro-indígenaafetivas começou a surgir em minha cabeça ainda em Redenção, Ceará. Lá, comecei a entender que temos uma rede de afetos na UFG e que muitas vezes não percebemos o quão forte, potente e vital ela é. Construímos afetos por meio de rodas de conversa, eventos, viagens acadêmicas ou quando levamos um amigo indígena ou quilombola para conhecer nossos lares (Quintiliano, 2019, p. 32).

Resultados e discussão: trajetórias compreendidas

As trajetórias aqui compartilhadas e analisadas representam uma significativa fonte de identificação, não apenas para mim, mas também para grande parte da população negra deste país. Contudo, ao mesmo tempo, despertaram um desconforto constante, uma sensação que ecoa em diversas experiências negras. Ao me debruçar sobre a leitura de Grada Kilomba (2019), pude observar como a autora dá luz a esse fenômeno ao afirmar:

Poderíamos dizer que no mundo conceitual branco é como se o inconsciente coletivo das pessoas negras fosse pré-programado para a alienação, decepção e trauma

psíquico, uma vez que as imagens da negritude às quais somos confrontadas/os não são nada realistas, tampouco gratificantes (Kilomba, 2019, p. 38-39).

A percepção do racismo como uma continuidade que se renova constantemente me fez refletir sobre a complexidade de lidar com as análises, especialmente ao considerar que as histórias das pessoas negras, inevitavelmente, têm o racismo como um fio condutor. A partir das reflexões de Carolina Maria Costa Bernardo (2016), compreendi que “olhar para minha história é olhar, de forma micro, para a história do país e compreender melhor as limitações políticas, sociais e psicológicas que aprisionaram em estereótipos as populações negras” (Bernardo, 2016, p. 63).

Com o advento da pandemia de Covid-19, aliado a uma sequência de notícias revoltantes e desanimadoras sobre o cenário sociopolítico brasileiro, além dos ataques diários à educação e à cultura, a realidade ameaçadora para as vidas negras – estampada nos jornais, nas redes sociais, nas ruas e em nossos próprios lares – tornou o processo de escrita profundamente doloroso. Em vários momentos, fui tomado pelas minhas lembranças pessoais e pela emoção enquanto lia e ouvia os relatos das entrevistas. O racismo surgia como um ponto de convergência das nossas histórias, ainda que cada uma delas carregasse sua singularidade. Mais uma vez, fui confrontado pelas palavras de Bernardo (2016), que observa:

As condições dos negros e das negras que se disfarçam de branco, das estatísticas da violência, das penitenciárias, das periferias, do futebol, da ausência nos espaços de poder são reflexos de um racismo histórico. Atualmente, ainda é doloroso e profundo o estranhamento que o indivíduo negro sofre ao se descobrir negro, não conseguindo construir e manter uma ontologia própria (e de seus ancestrais), já que se situa frente a um sistema de referência que não o inclui, o nega e o destitui de valores nobres (Bernardo, 2016, p. 63-64).

Ao buscar por referências de sucesso para me inspirar, me vi diante de questionamentos sobre como essas referências são construídas em minha própria vida. Sendo eu um corpo colonizado, percebi que muitas das ideias que antes eu considerava ideais estavam intimamente ligadas ao racismo. Esse entendimento, embora doloroso, também trouxe a possibilidade de partilhar as lutas internas. Apesar da insistência do racismo, as redes de resistências e afroafetos têm sido fundamentais para a criação de espaços seguros nos quais podemos reinventar nossa existência. As produções de Teixeira (2003), Amorim (2004) e Costa (2005) sobre as “redes” que podemos formar na academia, juntamente com o conceito de “afroafeto” formulado por Quintiliano (2019), reforçam minha certeza de que, para além das cicatrizes deixadas pelo racismo, levo da Unilab uma profunda bagagem de aprendizado, afetos e uma intelectualidade potente.

Neste contexto, Bell hooks (2013) afirma que “somos transformados, individualmente e coletivamente, à medida que produzimos um espaço criativo radical que afirma e sustenta nossa subjetividade, [...] a partir do qual podemos articular nosso senso de mundo”.

Infância, memórias e projeções profissionais dentro da comunicação

Os relatos de Ana Cássia e Bruno revelam como, desde a infância, ambos utilizaram a comunicação como uma ferramenta para imaginar realidades alternativas e possíveis futuros profissionais. A comunicação, nesse contexto, emerge como um espaço de resistência simbólica, onde suas brincadeiras e fantasias atuaram como mecanismos de enfrentamento diante das restrições de suas realidades. Essas vivências ilustram como crianças negras, ao interagir com o mundo à sua volta, encontram na imaginação e na projeção de futuros uma maneira de romper com as limitações impostas pelas condições sociais.

No caso de Ana Cássia, o universo da comunicação se apresentou como um refúgio criativo, especialmente na ausência materna, já que sua mãe trabalhava como diarista. Ao relatar que a TV e as revistas eram suas companheiras, ela demonstra como utilizou esses meios para construir narrativas que a conectavam a uma realidade mais promissora. Esse comportamento pode ser interpretado à luz do conceito de “imaginação radical”, discutido por hooks (2013), que nos lembra da importância de espaços criativos para a autoafirmação e a projeção de novos sentidos de mundo:

A comunicação, ela teve muito presente na minha infância, seja a TV que era minha babá de fato, porque minha mãe não tava em casa e eu tinha um contato direto; as revistas, porque como ela [mãe] trabalhava em casa de família, ela sempre trazia revista, então eu tinha muita revista e eu dava aula pros meus bonecos; e dentro da escola os projetos de jornal, [...] eu ficava me dizendo que tava apresentando um jornal. (Relato de Ana Cássia).

No relato de Bruno, a Copa do Mundo de 2006 surge como um momento marcante, que ampliou suas perspectivas geográficas e culturais. Para ele, assistir a eventos globais como a Copa foi uma maneira de “ver o mundo” e, simbolicamente, expandir seus horizontes:

Eu sempre quis conhecer o mundo, né, e aí a Copa assim, sempre passava nas matérias e tal, e a gente não tinha muito acesso, a internet era algo bastante limitado pra nossa infância. [...] eu acho que foi algo pra minha vida, né, deu conhecer novos horizontes, que existiam coisas pra além do mundo que eu conhecia. (Relato de Bruno).

Ambos participantes evidenciam que, desde a infância, construíram a comunicação

como uma estratégia para superar a sensação de limitação imposta pelas suas condições sociais, o que, segundo Souza (2017), reflete uma busca por mobilidade simbólica, através da qual crianças negras sonham com realidades mais amplas e imaginam-se em espaços que transcendem a exclusão cotidiana.

Apesar do sofrimento causado pelo racismo, tanto Ana Cássia quanto Bruno encontraram formas de resistência e superação. As redes de resistência e os afroafetos, conforme discutidos por Teixeira (2003) e Quintiliano (2017), são cruciais para o fortalecimento de indivíduos negros em ambientes hostis, como a escola e a academia. Essas redes proporcionam espaços seguros para a criação de identidades positivas, o que se reflete nas trajetórias profissionais de ambos.

Nesse sentido, as vivências de Ana Cássia e Bruno não apenas evidenciam os impactos do racismo na infância, mas também demonstram como essas experiências de discriminação são reprocessadas na vida adulta, levando à construção de subjetividades resilientes e ao fortalecimento de redes de apoio. Essas redes, em conjunto com a projeção de futuros profissionais, fornecem bases sólidas para que ambos possam navegar em espaços que, historicamente, têm sido de exclusão para pessoas negras.

Racismo e marcadores de diferença na infância

Ana Cássia e Bruno também trazem em seus relatos o impacto do racismo vivido desde a infância, especialmente em relação aos traços físicos associados à negritude, como cabelo e nariz. As lembranças de discriminação racial reforçam como as experiências de racismo moldam não apenas a socialização, mas também a autoimagem e o desenvolvimento identitário de crianças negras.

Para Ana Cássia, o cabelo crespo se tornou um marcador de sofrimento, e a pressão para conformá-lo aos padrões estéticos brancos foi uma constante em sua vida:

“[...] o meu cabelo é crespo, minha tia diz que quando eu era pequena, meu nariz era achatado e que eu tive sorte de que quando eu fui crescendo meu nariz foi mudando. A forma que tratavam meu cabelo também, era tanto que ele vivia preso. [...] Ave maria, tem umas fotos, meu cabelo fedia, sabe, a mofo. Porque ele sempre tava molhado, preso, com aquele gigolê pra não sair daquela caixa, sempre preso, contido. Não podia ficar armado.” (Relato de Ana Cássia).

O controle e a repressão estética sofridos por Ana Cássia estão diretamente relacionados com o racismo estético, que impõe padrões de beleza eurocêtricos, relegando os traços negros

a um lugar de marginalização e invisibilidade. Essa imposição gera profundas marcas psicológicas em crianças negras, que, muitas vezes, internalizam a rejeição de seus traços naturais e são levadas a modificá-los, como ilustrado na decisão de Ana Cássia de alisar o cabelo ainda aos 10 anos.

Já Bruno destaca a precocidade com que foi responsabilizado e exposto à necessidade de amadurecimento, uma experiência comum entre crianças negras, que muitas vezes são confrontadas com a violência estrutural e a necessidade de proteção desde muito cedo:

“[...] eu lembro de muitos momentos que tinha uma responsabilização muito forte sobre mim desde o início da infância, coisa que não era aplicada ao meu irmão, por exemplo, meu irmão é branco. Eu vi a necessidade de amadurecer muito cedo também.” (Relato de Bruno).

Essa desigualdade no tratamento entre Bruno e seu irmão branco reflete a racialização da infância, na qual crianças negras são frequentemente desumanizadas e vistas como mais maduras ou menos inocentes do que suas contrapartes brancas.

“Outrificação” e “imagens de controle” nas trajetórias

As trajetórias de Ana Cássia e Bruno revelam, desde cedo, como seus corpos e identidades foram constantemente vigiados, controlados e desumanizados por meio de imagens estereotipadas e práticas racistas. Esse controle, como aponta Patricia Hill Collins (2019), não é incidental, mas sim um mecanismo estrutural de dominação racial que reforça a opressão e naturaliza as desigualdades raciais. As “imagens de controle” são utilizadas para consolidar o status quo, fazendo com que o racismo e outras formas de opressão pareçam normais e inevitáveis. Esse conceito se aplica diretamente às vivências relatadas pelos participantes da pesquisa, particularmente em suas experiências com o racismo estético e o controle sobre seus corpos e traços.

Collins (2019) explica que as imagens de controle são criadas para “fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana” (Collins, 2019, p. 136). No contexto das mulheres negras, essas imagens reforçam a “outrificação” — a transformação da mulher negra em uma “outra”, uma outsider, cuja existência é utilizada para definir os padrões de normalidade dos demais grupos sociais. Como Collins observa, “o status de outsider das afro-americanas se torna o ponto a partir do qual outros grupos se definem como normais” (Collins, 2019, p. 136).

Ana Cássia, em seus relatos, demonstra como foi alvo dessa *outrificação*, sendo

frequentemente tratada por meio de estereótipos sexistas e racistas que erotizam o corpo negro feminino. O termo “mulata” é um dos exemplos mais significativos dessa desumanização, ao associar a mulher negra a um objeto sexualizado e, ao mesmo tempo, subalterno. A sua experiência com o assédio e a utilização desse termo pelos agressores evidencia a ligação entre racismo e sexismo, e como as imagens de controle são usadas para justificar a opressão:

“[...] eu tenho abuso do termo ‘ô mulata’, eu tenho ódio do termo ‘ô mulata’, porque infelizmente os agressores tanto no ensino médio como também em situações de trabalho, eles sempre usavam o termo ‘ô mulata’ achando que isso era um grande elogio relacionado a mim e eu tinha muito nojo. [...] E eu sei que dado momento, por esse ‘ô mulata’, tem essa ideia de, de desejo sexual e tudo mais por conta de um estereótipo que existe de que a mulata é...” (Relato de Ana Cássia).

A construção da figura da “mulata”, como discutido por Collins (2019), está diretamente ligada à erotização e subjugação das mulheres negras, justificando a violência sexual e o assédio como uma resposta “natural” à sua sexualidade estereotipada. Essa “hipersexualização” reforça a desumanização, distorcendo a percepção do corpo negro e negando a essas mulheres o direito à individualidade e à dignidade.

Além do assédio sexual sofrido por Ana Cássia, outro ponto de controle e subjugação é o cabelo, um dos símbolos mais visíveis da identidade negra. Grada Kilomba (2019) ressalta que, durante o período de escravização, o cabelo tornou-se uma das marcas mais poderosas de servidão, sendo utilizado como critério de desumanização e inferioridade racial. O racismo estético, que desvaloriza os traços africanos, especialmente o cabelo crespo, continua sendo uma das formas mais recorrentes de controle sobre corpos negros.

Ana Cássia e Bruno relatam como o cabelo foi, e continua sendo, uma fonte de sofrimento desde a infância, submetidos a piadas, discriminação e controle social. No caso de Bruno, o ensino médio foi um período particularmente doloroso, em que as constantes piadas e ofensas sobre seu cabelo, nariz e pele minaram sua autoestima e dificultaram seu processo de autoaceitação:

“Eu acho que o ensino médio minou minha autoestima enquanto pessoa e tal... de tentar me encontrar, de me reconhecer enquanto pessoa. [...] Tinha piadas com o cabelo frequentemente, sobre nariz, sobre pele também...” (Relato de Bruno).

Essa experiência de desvalorização estética é descrita por Kilomba (2019) como uma extensão do processo colonial de desumanização, onde o cabelo crespo e os traços negros são utilizados para marcar a inferioridade e justificar o controle social. O impacto psicológico dessas ofensas é profundo e duradouro, como visto nas dificuldades de Bruno em lidar com sua

autoestima e autoimagem durante a adolescência.

Ana Cássia também compartilha como o tratamento de seu cabelo, sempre preso e controlado para evitar que “saísse da caixa”, era uma forma de contenção física e simbólica, impondo-lhe desde cedo a necessidade de conformar-se aos padrões brancos de beleza:

“[...] ele sempre tava molhado, preso, com aquele gigolê pra não sair daquela caixa, sempre preso, contido. Não podia ficar armado. [...] meu cabelo foi um sinal de sofrimento por muito tempo.” (Relato de Ana Cássia)

A repressão estética sofrida por Ana Cássia é um reflexo do racismo estrutural, que controla corpos negros desde a infância, moldando suas identidades através de padrões que negam a liberdade de expressão e autoafirmação. Esse controle estético é uma manifestação clara das “imagens de controle” descritas por Collins, que limitam as possibilidades de existência e expressão dos indivíduos negros, naturalizando sua marginalização.

Os relatos de Ana Cássia e Bruno sobre as ofensas racistas e sexistas que marcaram suas infâncias e adolescências refletem a complexa interseção entre racismo e sexismo na formação de suas identidades. Collins (2019) observa que a construção de estereótipos racializados e de gênero serve para justificar e perpetuar a opressão de grupos marginalizados, tornando-a aparentemente inevitável. Esses estereótipos, como o da “mulata” para as mulheres negras e as piadas sobre cabelo e nariz para os homens negros, criam barreiras invisíveis, mas poderosas, que limitam as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

A comparação entre os estudos de Collins (2019) e Kilomba (2019), embora realizados em contextos distintos, revela as semelhanças estruturais entre os processos de opressão racial em sociedades marcadas pelo colonialismo, como os Estados Unidos e o Brasil. A colonização deixou legados profundos de racismo e violência que continuam a afetar a vida de pessoas negras em diferentes partes do mundo. Essas experiências compartilhadas de controle estético, assédio sexual e vigilância constante indicam que, apesar das especificidades de cada contexto, os mecanismos de dominação racial seguem um padrão semelhante de desumanização e opressão.

Juventude, universidade e a formação de uma consciência crítica racial

O ingresso na universidade foi um marco transformador nas trajetórias de Ana Cássia e Bruno, especialmente no que diz respeito à construção de suas identidades raciais. Ambos relatam que a universidade, longe de ser apenas um espaço de formação acadêmica, funcionou

como um lugar de reconhecimento e ressignificação de suas vivências negras em um mundo predominantemente branco. Esse período foi decisivo para que ambos passassem a entender suas experiências, até então naturalizadas, como manifestações de racismo e exclusão racial, algo que Patrícia Hill Collins (2019) descreve como o desenvolvimento de uma “consciência crítica racial”.

No caso de Ana Cássia, a aproximação com os movimentos estudantis foi fundamental para que ela começasse a questionar as situações que antes passavam despercebidas ou eram compreendidas como normais. A ENECOS (Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social) e os grupos de comunicação a ajudaram a despertar para uma percepção mais racializada de sua existência, permitindo-lhe identificar situações de racismo que antes eram naturalizadas:

“Essa criticidade começa a surgir com FANOR e muito ligado aos grupos de comunicação, né. [...] a partir dessa experiência que eu comecei a tencionar, a me tencionar e pensar em mim de forma mais racializada, porque até então eu não questionava muito não.” (Relato de Ana Cássia)

Essa passagem evidencia o impacto dos movimentos coletivos na formação de uma identidade crítica racial. Ao entrar em contato com colegas e discussões que abordavam as questões raciais, Ana Cássia foi capaz de reformular sua percepção de mundo, um processo que Collins (2019) descreve como “despertar racial”, em que pessoas negras, muitas vezes, precisam reaprender a ver suas próprias experiências à luz das dinâmicas de opressão racial que permeiam a sociedade. Collins argumenta que esse processo é necessário para romper com as narrativas dominantes que invisibilizam o racismo e fazem com que ele pareça natural ou aceitável.

Além da conscientização política, a universidade também representou um espaço de libertação estética para ambos os participantes. No caso de Bruno, a identificação com outras pessoas negras no ambiente acadêmico permitiu que ele deixasse seu cabelo crescer, algo que não havia feito antes por medo do julgamento e das críticas racistas. Essa liberdade de expressão estética, simbolizada pelo cabelo, é um elemento central na luta contra o racismo, conforme discutido por Grada Kilomba (2019). O cabelo negro, especialmente os estilos como *dreadlocks*, tranças e *afros*, carrega uma forte carga simbólica de resistência e afirmação racial:

“Eu acabei deixando meu cabelo crescer durante a universidade, eu comecei a me identificar mais fortemente enquanto pessoa negra na universidade.” (Relato de Bruno).

Kilomba (2019) observa que o cabelo negro, que historicamente foi alvo de controle e

desprezo durante o período de escravização e além, torna-se um símbolo de resistência quando é abraçado em sua forma natural ou estilizado de maneira culturalmente significativa. Bruno, ao se sentir confortável para deixar o cabelo crescer, encontrou na universidade um espaço seguro que lhe permitiu expressar sua identidade de forma plena, rompendo com as imposições estéticas eurocêtricas que dominam a sociedade.

Esse processo de ressignificação da estética negra é reforçado pelos coletivos estudantis e espaços de convivência dentro da universidade, que funcionam como territórios de resistência. Coletivos negros, LGBTQIA+, e outros movimentos sociais dentro do ambiente acadêmico oferecem espaços de acolhimento e fortalecimento, permitindo que pessoas negras possam reconstruir sua autoestima e desafiar os padrões opressivos. Como Collins (2019) sugere, esses espaços são essenciais para a criação de redes de apoio que ajudam a combater a marginalização e criar novos modos de ser no mundo.

Nos relatos de Ana Cássia podemos perceber a construção de espaços seguros que possibilitam ser quem se é, e que esses espaços são também locais de aprendizado e troca cultural. Ao compartilhar experiências com estudantes de países africanos, como guineenses, cabo-verdianos, angolanos, moçambicanos e são-tomeenses, Ana Cássia teve a oportunidade de aprender sobre formas alternativas de expressão estética e resistência. Essas trocas culturais ampliam as formas de luta contra o racismo e fortalecem a solidariedade entre populações negras, criando uma consciência transnacional sobre a importância da preservação e valorização das tradições afrodescendentes.

A racionalidade racializada e o papel da universidade

Ao longo de suas vivências universitárias, tanto Ana Cássia quanto Bruno passaram por um processo de racionalização de suas experiências. Esse processo, descrito por autores como Collins (2019), envolve a capacidade de articular e compreender as dinâmicas de opressão que afetam a vida das pessoas negras de maneira consciente e crítica. O que antes era sentido como uma violência individual ou isolada, passa a ser entendido como parte de uma estrutura social maior, que perpetua o racismo e a exclusão.

Para Ana Cássia, a crítica à própria universidade é um reflexo desse processo de racionalização. Ela reconhece que, embora a universidade tenha sido um espaço de transformação pessoal, a instituição em si segue uma lógica patriarcal e mercadológica, que pouco contribui para a formação de uma consciência crítica racial. Ana Cássia observa que sua

universidade particular não abordava questões decoloniais, algo que seria mais presente em instituições como a UNILAB, cujo foco é promover uma educação crítica e antirracista:

“[...] era uma universidade particular, que tem uma estrutura patriarcal, que segue as normativas, porque o foco principal é profissionalizar aquela pessoa pra ir pro mercado de trabalho, é isso.” (Relato de Ana Cássia)

Aqui, Ana Cássia reflete sobre as limitações institucionais que dificultam a formação de uma consciência crítica racial em muitos espaços acadêmicos. Mesmo assim, foi também através de suas interações com os movimentos estudantis e os coletivos que ela pôde acessar esse conhecimento, mostrando que a resistência e a transformação podem ocorrer mesmo em ambientes que, estruturalmente, reforçam as desigualdades.

Bruno, por outro lado, destaca o impacto positivo de encontrar pessoas semelhantes no ambiente universitário. Essa identificação coletiva não só fortaleceu sua autoestima como também o ajudou a desenvolver uma visão crítica sobre sua posição enquanto homem negro em um espaço majoritariamente branco. A universidade, para ele, foi um espaço de crescimento pessoal e político, onde pôde se reconhecer e se afirmar:

“Eu comecei a me identificar mais fortemente enquanto pessoa negra na universidade.” (Relato de Bruno).

A formação de uma identidade racial consciente e crítica, como observado nos relatos de ambos os participantes, é um processo contínuo, que se inicia muitas vezes na juventude e se aprofunda durante a fase universitária. A interação com coletivos e movimentos sociais, aliada à própria experiência acadêmica, amplia a possibilidade de que indivíduos negros rompam com as narrativas opressivas que os circundam e passem a reivindicar suas identidades de forma plena e autônoma. A busca por mudanças e o sentimento de pertencimento não necessariamente se dá com a inserção em movimentos negros, mas primordialmente a partir de condições de liberdade que permitem o desabrochar de uma identidade e a construção de uma comunidade.

Processos Seletivos e Mercado de Trabalho

As experiências de Ana Cássia e Bruno ao entrar no mercado de trabalho ilustram as barreiras impostas pela racialização, desde o momento dos processos seletivos até as interações no ambiente de trabalho. Ambos relataram situações de rejeição, controle estético e discriminação, que são emblemáticas do que Lélia Gonzalez já denunciava na década de 1970: a “fotografia de boa aparência” como um instrumento de exclusão racial. A aparência, nesse

contexto, é filtrada pela lente da branquitude, que define padrões estéticos e comportamentais aceitos no mercado de trabalho.

Ana Cássia destaca que a sua aparência, especialmente o cabelo, foi um fator decisivo em uma experiência de processo seletivo:

“Eu fui um dia sem os dreads, com cabelo preso, bonitinho, e no outro dia eu fui com os dreads, eu botei as tranças. Pra quê, a mulher olhou pra mim com a cara assim, meu deus do céu.” (Relato de Ana Cássia)

O relato de Ana Cássia expõe como o corpo negro, especialmente o cabelo, é frequentemente visto como fora da norma em ambientes profissionais. Esse controle estético reflete o que Grada Kilomba (2019) descreve como a “exposição do corpo negro ao olhar branco”. Nesse sentido, o corpo negro torna-se um objeto de escrutínio, sobre o qual recaem avaliações e julgamentos que não se limitam à competência ou habilidade, mas à aparência e comportamento, reforçando a ideia de que a branquitude é o padrão. Kilomba argumenta que essa dinâmica de vigilância e controle corporal serve para reforçar a posição subalterna das pessoas negras nos espaços de trabalho.

Além da questão estética, Ana Cássia também enfrentou assédio sexual, que se manifestava através da objetificação de seu corpo:

“tanto esse assédio de colocação sexual, de ‘mulata’, [...] em relação ao corpo, em relação a roupa, [...] Porque existe em mim o ‘efeito sanfona’, [...] e aí quando eu começo a engordar desagrada aos olhos de terceiro também.” (Relato de Ana Cássia)

Esse ponto revela a intersecção entre racismo e sexismo. Como Conceição Evaristo (2009) aponta, a mulher negra é historicamente vista como um “corpo-objeto”, seja para o trabalho forçado, a procriação ou o prazer sexual. O termo “mulata”, carregado de conotações erotizadas e racistas, é utilizado para desumanizar mulheres negras e justificar sua objetificação sexual. Ana Cássia é submetida a julgamentos constantes sobre seu corpo, e essas críticas afetam tanto sua aparência quanto seu valor percebido no ambiente de trabalho. Isso reflete uma cultura laboral onde o corpo negro é incessantemente controlado e moldado para atender às expectativas da branquitude.

Frustração e Auto-culpabilização

Bruno, por sua vez, compartilha as frustrações ao buscar oportunidades de emprego. O fato de não ser selecionado, mesmo para vagas destinadas a profissionais negros, levou-o a

internalizar a culpa:

“Tanto que antes eu ficava me culpando, [...] falei ‘oh, acho que tem algum erro aí’, e justamente eu consegui a vaga na primeira pessoa negra que me selecionou [...] Teve vaga que eu já me candidatei que era pra pessoas negras e no fim só branca contratada.” (Relato de Bruno).

Esse sentimento de auto-culpabilização reflete a forma como o racismo estrutural no mercado de trabalho muitas vezes opera de maneira invisível, fazendo com que indivíduos negros se culpem pelas barreiras que enfrentam, em vez de reconhecerem as dinâmicas racistas subjacentes. Segundo Kilomba (2019), essa internalização da culpa é um dos efeitos mais devastadores do racismo, pois desvia a atenção das estruturas sociais que perpetuam a exclusão e coloca a responsabilidade sobre os indivíduos marginalizados.

Bruno também pondera sobre a pressão para se conformar aos padrões estéticos estabelecidos, como a ideia de cortar o cabelo para aumentar suas chances de ser contratado. Essa tentativa de adaptar a própria imagem ao que é considerado “higienizado” ou “apropriado” reflete o que Gonzalez (1984) chama de “invisibilidade racial”, em que pessoas negras sentem a necessidade de apagar ou minimizar suas características raciais para serem aceitas nos espaços de trabalho dominados pela branquitude.

No entanto, ao encontrar chefias negras, Bruno experimentou uma realidade diferente, onde se sentiu mais aceito e respeitado, o que reafirma a importância da representatividade em posições de liderança:

“eu tive chefias negras, né, eu acho que isso foi ótimo. Desde sempre, sempre tive chefias negras.” (Relato de Bruno).

Esse ponto destaca a importância da presença de líderes negros no ambiente de trabalho, que não só promovem um ambiente mais inclusivo, mas também servem como modelos de resistência às estruturas opressoras que dominam o mercado de trabalho. A representatividade em cargos de liderança não é apenas simbólica, mas tem um impacto direto na experiência das pessoas negras, permitindo que elas existam em espaços profissionais sem o peso da vigilância constante sobre suas aparências e comportamentos.

Exclusão no mercado de trabalho

As experiências de Ana Cássia e Bruno também ilustram como o racismo estrutural no mercado de trabalho se manifesta de forma insidiosa, através do controle do corpo negro e da imposição de padrões de branquitude. Conforme Lélia Gonzalez (1984) já apontava, o conceito

de “boa aparência” era, e continua sendo, um dos principais filtros raciais que mantêm a branquitude nos melhores postos de trabalho. A aparência, definida dentro de padrões eurocêntricos, torna-se uma barreira para a inserção de pessoas negras em espaços de prestígio e poder.

Além disso, a exclusão racial no mercado de trabalho também se manifesta nas oportunidades limitadas para ascensão profissional e na falta de reconhecimento de talentos negros. Mesmo quando há políticas afirmativas ou vagas destinadas a pessoas negras, como mencionado por Bruno, essas vagas muitas vezes acabam sendo preenchidas por pessoas brancas, perpetuando a exclusão de corpos negros dos espaços de poder. Isso revela a falácia de muitas iniciativas que, embora pretendam ser inclusivas, continuam a reproduzir as mesmas estruturas racistas que afirmam combater.

Apesar das barreiras enfrentadas, tanto Ana Cássia quanto Bruno demonstram resiliência em suas trajetórias. Ana Cássia menciona como o assédio e o controle sobre seu corpo a abalaram por muito tempo, mas que, ao longo dos anos, aprendeu a não deixar que essas críticas afetassem sua autoestima:

“Eu sinto que meu corpo é muito demarcado por situações não favoráveis [...] mas é um aprendizado, né. É tanto que hoje eu não deixo essas coisas me abalarem tanto.” (Relato de Ana Cássia)

Essa afirmação de resistência é um elemento central na luta contra o racismo no mercado de trabalho. Tanto Ana Cássia quanto Bruno, ao desenvolverem uma consciência crítica sobre as barreiras raciais que enfrentam, tornam-se agentes de transformação, desafiando as normas opressoras e reivindicando seu direito de existir e prosperar em ambientes profissionais sem comprometer sua identidade racial.

A luta contra o racismo no ambiente de trabalho

As trajetórias de Ana Cássia e Bruno revelam não apenas o impacto do racismo no ambiente de trabalho, mas também a forma como a raiva e a indignação podem servir como poderosas ferramentas de resistência. Inspirando-se em Audre Lorde (2019), que afirma que “mulheres que reagem ao racismo são mulheres que reagem à raiva; a raiva da exclusão, do privilégio que não é questionado, das distorções raciais”, podemos compreender como essa emoção, frequentemente vista como negativa, pode gerar mudanças significativas e empoderamento pessoal.

Ana Cássia, refletindo sobre sua trajetória, reconhece que a raiva e a crítica social não eram sempre partes de sua identidade. Ela relata:

“Hoje em dia eu percebo que tem muito a ideia de que eu sou a chata, que eu vou problematizar tudo, que eu vou ficar falando besteira, que não sei o quê mais lá, que existe a Cássia antes da Unilab e a Cássia depois da Unilab e a Cássia depois da Unilab ela é muito chata porque ela fica problematizando as situações.” (Relato de Ana Cássia)

Essa transformação de Ana Cássia, de uma posição de silêncio para uma de crítica ativa, ilustra como a conscientização e a educação podem despertar a raiva necessária para desafiar normas racistas. Ela menciona a mudança nas suas relações interpessoais, que foram impactadas pela sua nova postura. O reconhecimento de que “quem cala, confirma” serve como um ponto de inflexão em sua jornada, onde a escolha de não se silenciar mais frente a situações de racismo se torna um ato de afirmação.

Bruno, por sua vez, expressa uma perspectiva diferente, mas igualmente relevante. Ele aponta para a sobrecarga de ser frequentemente solicitado a falar sobre racismo no ambiente de trabalho, enfatizando:

“Teve um tempo que eu tava assim de saco cheio de falar sobre racismo no jornal e as pessoas queriam me empurrar pra falar, né.” (Relato de Bruno).

Bruno destaca a importância de não se resumir a uma única narrativa de sofrimento e opressão. Essa visão está alinhada com a ideia de que a experiência negra é multifacetada e rica em diversidade, o que vai além do combate ao racismo. Ele argumenta que, embora seja essencial discutir questões raciais, também é fundamental explorar outros temas, como política, economia e cultura, por meio de uma lente racializada.

Essa abordagem mais ampla reflete a realidade de que as identidades negras não podem ser reduzidas apenas ao enfrentamento do racismo; elas também englobam uma vasta gama de histórias, experiências e perspectivas que merecem ser compartilhadas e celebradas. O reconhecimento da pluralidade das vozes negras, como propõe Bruno, é um passo vital para a construção de um espaço onde a diversidade de experiências possa ser valorizada e respeitada. A fala dele ressoa com a ideia de que a luta contra o racismo deve coexistir com a afirmação das múltiplas identidades e interesses que os indivíduos negros carregam. Não se trata apenas de combater a opressão, mas também de reivindicar um espaço onde suas vozes possam ser ouvidas em todas as suas dimensões. Não somente resistir, queremos existir com nossas totalidades subjetivas.

Assim, Ana Cássia e Bruno não apenas reagem ao racismo, mas também reivindicam a liberdade de serem completos, de expressarem suas experiências e de explorarem seus talentos em diversas áreas. Essa resistência ativa e essa pluralidade de vozes são essenciais para desafiar a narrativa unidimensional que frequentemente cerca as experiências de pessoas negras no ambiente de trabalho. Ele e ela enfatizam que a raiva e a crítica, quando utilizadas de maneira consciente, tornam-se formas de empoderamento e resistência, permitindo que as experiências negras sejam reconhecidas em sua totalidade.

CONSIDERAÇÕES

Os resultados desta pesquisa revelam as complexas trajetórias de dois jornalistas negros que ingressaram na profissão através de cotas raciais. Ana Cássia e Bruno se formaram e construíram um percurso de excelência acadêmica e profissional: ela já é mestre em Humanidades/Unilab, integra um movimento de mães universitárias e é bolsista do curso de Defensoras Populares da Defensoria Pública do Estado do Ceará; ele é um dos fundadores da Agência Retruco e integrou a 6ª geração de jovens jornalistas da Red LATAM (Distintas Latitudes/Factual MX). A análise das entrevistas mostrou que, apesar dos desafios enfrentados, como o racismo e as desigualdades sociais, esses jornalistas conseguiram construir redes de apoio e resistência que foram cruciais para seu desenvolvimento profissional, além de o conceito de afroafetos emergir como uma força vital, fortalecendo as relações entre esses profissionais. As descobertas ressaltam a importância de políticas públicas que promovam a inclusão e a diversidade no jornalismo, bem como a necessidade de programas de apoio que fortaleçam as redes de jornalistas negros, com a implementação de ações que visem a promoção da igualdade de oportunidades sendo fundamental para garantir um ambiente de trabalho mais justo e acolhedor. As limitações encontradas na execução dessa pesquisa incluem a amostra restrita de entrevistados e o foco em uma única região geográfica, mas igualmente se pode observar uma amplitude teórica-metodológica capaz de fortalecer debates em pesquisas futuras que podem ampliar esse escopo, explorando experiências em diferentes contextos e com um número maior de participantes. Ao longo deste trabalho, percebi como a vivência de cada jornalista negro é única, mas também interconectada, e isso não apenas ampliou meu entendimento sobre as lutas e conquistas da comunidade negra no jornalismo, mas também reforçou a importância de continuar promovendo espaços de diálogo e resistência. A certeza diante do percurso caminhado nessa pesquisa é que o jornalismo, quando diversificado, tem o

potencial de amplificar vozes e contar histórias que refletem a pluralidade da sociedade.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Andréia Maria da Cruz Oliveira. **Cor e Ensino Superior: trajetórias e o sucesso escolar de universitários negros na UFMT**. Cuiabá, 2004. (Dissertação de Mestrado).

BERNARDO, Carolina Maria Costa. **Negras raízes questionam a Ciência Ocidental: um estudo sobre a inserção das populações negras, brasileira e guineense, como sujeitos e/ou objetos de pesquisa em território de produção do conhecimento científico**. 2016.

BERGAMO, Alexandre; MICK, Jacques; LIMA, S. **Perfil do jornalista brasileiro: Características demográficas, políticas e do trabalho (2012) – Síntese dos principais resultados**. 10th Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Curitiba, Brazil. In: Annual Meeting of the SBPJor-Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. 2012.

COSTA, Jacqueline da Silva. **Cor e ensino superior: trajetórias e experiências de estudantes cotistas da Universidade do Estado de Mato Grosso–UNEMAT**. Cuiabá, 2006. (Dissertação de Mestrado).

COSTA, Jacqueline da Silva. **Por um futuro negro: um estudo sobre a vida cotidiana de jovens e adultos negros do projeto pré-vestibular gerido pela UNEMAT no município de Cáceres - MT**. São Carlos: RiMa Editora, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo Editorial, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, 1/2002.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Scripta, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. SciELO-EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista ciências sociais hoje, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora X, 1999.

HASENBALG, Carlos A.; DO VALLE SILVA, Nelson. **Raça e oportunidades educacionais no Brasil**. Cadernos de pesquisa, n. 73, p. 5-12, 1990.

HASENBALG, Carlos A. **Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil**. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, CCBB, 1996.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e Socioeconômica, v. 41, 2019.

JUNIOR, Luiz Rufino Rodrigues. **Pedagogia das encruzilhadas**. Periferia, v. 10, n. 1, p. 71-88, 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Autêntica Editora, 2019.

QUINTILIANO, Marta. **Redes Afro-Indígenas afetivas: uma Autoetnografia sobre Trajetórias, Relações e Tensões entre Cotistas da Pós-Graduação Stricto Sensu e Políticas de Ações Afirmativas na Universidade Federal De Goiás**. 2019. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília (UnB).

TEIXEIRA, Moema de Poli. **“Negros na universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro”**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

TV Brasil, **Ver TV - Representação do negro na televisão**. Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WlxQJBK5vVo&ab_channel=tvbrasil. Acesso em: 04 de jan. 2021. 21:24:00

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFROBRASILEIRA. **Estatuto da Unilab**, 2010.
Disponível em: https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/06/Estatuto-Unilab_junho.2019.pdf. Acesso em: 07 de mai. 2021. 15:54:00